



<b>Processo nº</b>	10845.000265/2011-91
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>1001-002.117 – 1ª Seção de Julgamento / 1ª Turma Extraordinária</b>
<b>Sessão de</b>	06 de outubro de 2020
<b>Recorrente</b>	I.A.N. - INSTITUTO AVANÇADO NEUROLÓGICO DE SANTOS LTDA. - ME
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

### **ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL**

Ano-calendário: 2011

INDEFERIMENTO DE OPÇÃO. ATIVIDADE VEDADA NÃO EXERCIDA. ALTERAÇÃO CONTRATUAL E COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO REGULADOR DENTRO DO PRAZO PARA A OPÇÃO.  
Confirmadas a alteração do contrato social e a comunicação ao órgão regulador da atividade vedada, dentro do prazo para a opção pelo Simples Nacional, não subsiste o indeferimento da opção.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Sérgio Abelson - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Andréa Machado Millan - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sérgio Abelson, Andréa Machado Millan, José Roberto Adelino da Silva e André Severo Chaves.

### **Relatório**

O presente processo trata de indeferimento de opção pelo Simples Nacional. Transcrevo, abaixo, o relatório da decisão de primeira instância, que resume o litígio:

Trata-se de manifestação de inconformidade contra ato de indeferimento de opção pelo regime de tributação especial denominado Simples Nacional, de que trata o artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, relativamente ao ano-calendário 2011, pelo fato de constar nos arquivos eletrônicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB débitos de natureza previdenciária, cuja exigibilidade não estaria

suspensa (competência 11/2010), bem como pelo fato de o estabelecimento filial do contribuinte exercer atividade vedada à opção pelo Simples, no caso as atividades de *clínica médica* (CNAE 86305/02) e de *apoio à gestão de saúde* (CNAE 86607/00).

Ciente do termo de indeferimento, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade de fl. 11 e 12, na qual alega que as pendências que impediam o ingresso no Simples foram todas sanadas antes de 31/01/2011. Especificamente quanto à pendência relativa à atividade vedada exercida pela filial, esclarece que referida unidade, apesar de ter sido constituída formalmente, não chegou a dar início às suas atividades e foi encerrada em 12/12/2010.

Anexei a fl. 52.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza – CE, no Acórdão às fls. 53 a 55 do presente processo (Acórdão nº 08-29.183, de 31/03/2014 – relatório acima), julgou a Manifestação de Inconformidade improcedente. Abaixo, sua ementa:

**ASSUNTO: SIMPLES NACIONAL**

Ano-calendário: 2011

**INDEFERIMENTO DE OPÇÃO. DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. PARCELAMENTO NÃO COMPROVADO.**

Procedente o indeferimento quando comprovado que os débitos que o motivaram não estavam com a exigibilidade suspensa na data limite para o exercício da opção.

No voto, a decisão ponderou que a questão relacionada ao débito previdenciário havia sido superada, já que o contribuinte comprovara o pagamento dentro do prazo para a regularização das pendências, conforme comprovante às fls. 23 e 24 e despacho à fl. 49.

Sobre o exercício de atividade vedada por filial em 2010, que o contribuinte alegava não ter chegado a ocorrer (alega que a filial foi extinta em 12/12/2010), a decisão ponderou que cabia somente aferir se o estabelecimento havia sido efetivamente extinto antes do vencimento do prazo para a regularização das pendências (31/01/2011). Que os únicos documentos anexados eram os protocolos referentes a processos no CRM-SP (fl. 17), de 07/01/2011, que não eram suficientes para atestar a baixa da atividade, porque a ela não faziam menção. Que, por outro lado, o extrato do CNPJ da empresa nos sistemas da RFB (fl. 52) informava a extinção da filial em 23/03/2011. Assim, concluiu que a filial havia sido extinta apenas em 23/03/2011, após o termo final do prazo para regularização.

Cientificado da decisão de primeira instância, conforme Aviso de Recebimento à fl. 59, em 17/04/2014 – quinta-feira anterior ao feriado da Páscoa (18 a 20/04/2014) seguido do feriado de Tiradentes (21/04), o contribuinte apresentou o Recurso Voluntário em 21/05/2014 (recurso às fls. 61 e 62, Termo de Análise de Solicitação juntada à fl. 84).

Nele reafirma que a filial não teve movimento no ano de 2011. Esclarece que para registro do Distrato de Cartório de Títulos e Documentos é necessária a aprovação do Conselho Regional de Medicina (CRM), que cancela os atos legais para a prática da atividade médica. Detalha o trâmite:

*O Distrato Social foi assinado 13/12/2010 com os reconhecimentos de firma dos sócios de dezembro de 2010 e a ultima 04/01/2011(ultima pag. da alteração contratual).*

*Foi solicitado em Janeiro de 2011 baixa da atividade médica da clínica conforme Certidão do CRM expedida em 08 de maio de 2014 certificando que os protocolos de nº 097/20011 (anexo) da Delegacia Regional de Santos e 005726/2011 do CRM (Conselho Regional de Medicina) datados de 07 de janeiro de 2011 e 12/01/2011 respectivamente, tem por finalidade a requisição do CANCELAMENTO das atividades da empresa. Portanto todos os atos necessários para o cancelamento da filial estavam tomados até 07/01/2011 bem antes do prazo final de 31/01/2011.*

Esclarece que só com o despacho do CRM poderia homologar os atos junto ao Cartório de Títulos e Documentos. Mas que, a partir da solicitação ao CRM (07/01/2011), a empresa já estava impedida de exercer atividade médica na filial. Argumenta que o exercício da atividade profissional – base para o desenquadramento do Simples Nacional – é determinado pela autoridade competente que regula a prática da medicina (o CRM).

Anexa novamente, à fl. 70, os protocolos de entrada de serviços no CRM do Estado de São Paulo – Delegacia Regional de Santos, datados de 07/01/2011. À fl. 71, certidão do CRM-SP que atesta que a filial esteve inscrita naquele órgão no período de 10/08/2010 a 02/03/2011, data em que requereu seu cancelamento através do referidos protocolos de 07/01/2011, da Delegacia Regional de Santos, e de protocolo de 12/01/2011, do próprio CRM/SP.

Anexa, ainda, às fls. 72 a 76, Instrumento Particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social assinado em 13/12/2010, com firmas reconhecidas até 04/01/2011, cuja cláusula terceira determina o cancelamento da filial (fl. 73).

É o Relatório.

## Voto

Conselheira Andréa Machado Millan, Relatora.

O recurso apresentado atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235/1972 e Decreto nº 7.574/2011, que regulam o processo administrativo-fiscal (PAF). Dele conheço.

Conforme relatório, a opção da empresa pelo Simples Nacional, para o ano de 2011, havia sido indeferida por duas razões: (i) débitos de natureza previdenciária, sem exigibilidade suspensa; (ii) exercício de atividade vedada por estabelecimento filial – atividades de clínica médica e de apoio à gestão de saúde (Relatório de Pendências à Opção pelo Simples Nacional à fl. 04).

O Despacho Decisório à fl. 49 liberou a pendência referente aos débitos, em vista da comprovação do pagamento antes da data limite para regularização (31/01/2011). Manteve a outra, referente ao exercício de atividade vedada pela filial.

A decisão recorrida confirmou o Despacho Decisório, considerando que só havia prova de extinção da filial em 23/03/2011 (extrato do CNPJ à fl. 52), data posterior ao limite para regularização. Considerou que os protocolos referentes a processos no CRM-SP, de 07/01/2011, anexados à fl. 17, não comprovavam a baixa da atividade.

Pois bem.

A fundamentação do indeferimento foi o art. 17, inciso XI, da Lei Complementar nº 123/2006, que dizia:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

(...)

XI - que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

A questão que se põe, portanto, é se os documentos anexados pela empresa comprovam que, antes de 31/01/2011, esta já não tinha por finalidade a prestação de serviços decorrentes da atividade vedada.

O primeiro documento a ser considerado, anexado ao Recurso Voluntário, é o Instrumento Particular de Alteração e Consolidação de Contrato Social (fls. 72 a 76), de 13/12/2010, cuja cláusula terceira determina o cancelamento da filial:

**TERCEIRA**

**I – CANCELAMENTO DA FILIAL**

A partir desta data fica extinta a filial nº 01, sito Avenida Brasil nº 600 – Sala 401 – 4º andar – Bairro: Boqueirão – CEP: 11.701-090, CNPJ nº 68.026.020/0002-56, a qual nunca exerceu suas atividades desde o seu inicio de atividade em 24/08/2010.

O mesmo documento modifica a cláusula terceira do contrato social, não restando atividade vedada pelo Simples Nacional.

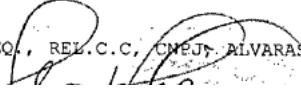
Os protocolos do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CRM/SP) – Delegacia Regional de Santos, à fl. 70, de 07/01/2011, acusam o recebimento das taxas de alteração contratual da empresa e do cancelamento da filial:

Requerente:  
950235.1 I.A.N. - INSTITUTO AVANÇADO NEUROLOGICO DE SANTOS LTDA - ME FIL 0001

SERVIÇOS

Nº Descrição do Serviço

1 RECEBIMENTO DE TAXA VIA BOLETO CANCELAMENTO, REQ., REL.C.C., CMJ, ALVARAS PAGTO + CÓPIA DO CONTRATO



Por fim, a certidão à fl. 71, emitida pelo CRM/SP, confirma que o protocolo acima se destinava ao requerimento do cancelamento da filial.

Em seu Recurso Voluntário, o contribuinte descreve o trâmite legal necessário ao cancelamento, iniciado com a alteração contratual em 13/12/2010, solicitado ao CRM em 07/01/2011. Esclarece que só com o despacho do CRM poderia homologar os atos junto ao Cartório de Títulos e Documentos, mas que a partir da solicitação ao CRM já estava impedida de exercer atividade médica na filial.

Considero que os documentos apresentados comprovam as alegações, restando suficientemente demonstrado que, antes de 31/01/2011 (data limite para a regularização), a empresa já não tinha por finalidade a prestação de serviços decorrentes da atividade vedada, que havia motivado o indeferimento à opção pelo Simples Nacional no ano de 2011.

Por tudo exposto, voto no sentido de dar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Andréa Machado Millan